

Título: AVANÇO CONSERVADOR E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: notas críticas às tendências regressivas

Angely Dias da Cunha
Universidade Federal da Paraíba – gelly.cunha@hotmail.com

O objetivo é explicitar as raízes modernas do discurso político e ideológico do conservadorismo, apresentando as continuidades que ligam o projeto da ilustração à sociedade contemporânea e seus desdobramentos para política de educação. O presente estudo de abordagem qualitativa, ancorado no método crítico dialético, busca aprofundar o debate sobre os avanços e desdobramentos das ideias conservadoras clássicas e contemporâneas na formação sócio-histórica brasileira e na política de educação. Com base nisso, é possível entender como o conservadorismo se reatualiza na contemporaneidade e como tem incidência sobre as posições e direcionamentos do Estado brasileiro para com a educação, mediante projetos de conservação e de apologia direta e indireta ao capitalismo, como a “escola sem partido” e a reforma do ensino médio. Nesse percurso marcado por contradições, tendo como cerne o modo de produção capitalista em um contexto de crise estrutural, é possível pontuar como discussão e resultado que a efervescência do pensamento conservador no Brasil se revigora através de dois aspectos: 1) fracassos de projetos voltados para o fortalecimento da classe trabalhadora, cujos resultados levam ao conformismo e ao retorno de pensamento e ideologia baseada no moral, na tradição, na naturalização da pobreza e na culpabilização dos indivíduos; 2) processo de barbarização das relações sociais que fazem ressurgir ideias fascistas, que são fortalecidas nesse momento de crise econômica, política, cultural e social. Diante disso, concluímos que o mais recente golpe de Estado instaurado no país se torna terreno fértil para propagação e defesa do conservadorismo em sua versão mais destrutiva, cujo expoente representativo se encontra na “bancada BBB”(BOI-BALA-BLIBLÍA). Nesse contexto, o Estado brasileiro, em consonância com as tendências conservadoras mundiais, sob orientação dos organismos internacionais, vem adotando medidas de “combate” a perspectiva crítica no âmbito da educação. Esse avanço do conservadorismo nas políticas sociais, em especial, na educação, vem acontecendo desde a Declaração de Bolonha e na atualidade tem se expandido como um projeto de sociedade, expressos em projetos como “criança feliz” e as propostas de “ponte para futuro”, todos pautados em um conservadorismo reacionário de naturalização da pobreza e de “combate” e “proibição” ao pensamento crítico. Sendo assim, nossa finalidade é apontar as consequências, desafios e possibilidades para educação nesse contexto, propondo uma educação para além do capital, de perspectiva emancipatória.

Palavras-chave: Educação. Avanço do Conservadorismo. Crise estrutural do capital.

1. Introdução

O trabalho ora apresentado tem por objetivo analisar o avanço do conservadorismo e os desdobramentos para educação, tendo como finalidade a análise sobre os ônus do processo de “autocracia burguesa” vivenciado pelo Brasil durante os anos de 1964- 1985 e seus reflexos para a Educação na contemporaneidade.

Dessa forma, observamos que o Estado diante de uma de uma crise estrutural busca meios para reestruturar o crescimento econômico, isso acontece através da redução dos gastos na área social buscando atender a agenda dos princípios neoliberais em consonância com as recomendações dos organismos multilaterais FMI e Banco Mundial.

O papel do Estado para o Banco Mundial (BM) conforme, aponta (SIMIONATTO, 1999 apud Banco Mundial, 1997) é de fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social, porém, não enquanto agente direto do crescimento e sim como sócio, elemento catalisador e impulsionador desse processo.

Assim, com o reordenamento do Estado tendo como eixo norteador a política do BM para os países periféricos, consolidou-se um intenso processo de privatização dos serviços públicos, incluindo a educação e, especialmente, a educação superior. (LIMA,2011) .

Este é um quadro de desmonte de um padrão de proteção social, operando como tendências o sucateamento e rebaixamento dos serviços públicos e por consequência a transferência e abertura para o mercado de serviços que até então não estavam no circuito da venda e troca adequadas à lógica da mercadoria, dentre eles destacamos a educação.

O que passa a ocorrer então, por parte dos governos, é a defesa de que a educação enquanto mercadoria deve ser “universalizada” via mercado o que colide diretamente com a concepção de educação pública e de qualidade.(SILVA, 2010).

Percebemos os contornos das políticas sociais públicas ligadas aos interesses do grande capital como, também, verifica-se a diversificação das fontes de financiamento da educação e uma formação que cada vez mais atenda ao tecnicismo formal do trabalho.

Concordamos com Silva (2010), ao referendar que a educação no atual estágio do capitalismo: “Transforma-se em uma poderosa estratégia do capital para reforçar sua dominação e contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto ao

mercado, bem como aprofundar uma integração periférica e dependente da lógica do capital monopolista”.(p.414)

Dentro dessa análise, trataremos em um primeiro momento da Reforma Educacional vivenciada no período ditatorial brasileiro, para em seguida analisar os ônus deste processo na contemporaneidade, utilizando o REUNI e o PROUNI como exemplificação para o atual contexto educacional brasileiro.

2. Conservadorismo e as inflexões para a educação

Para a análise aqui pretendida partimo-nos da seguinte premissa: O período de “autocracia burguesa” funcional ao modelo burguês, trouxe elementos que nos permite compreender o cenário contemporâneo da Educação no Brasil. O movimento contraditório e dinâmico societário – sobre a égide do capital – proporcionou uma nova configuração, em torno da conquista por direitos, que em primeiro momento pôde, apenas, representar ganhos, ou nos mostrar uma face progressista e democratizada no campo dos direitos sociais. Assim foi com a educação, que avançou em alguns pontos, com o seu registro na Carta Magna em 1988, passando a ser institucionalizada como um direito “universal” – pelo menos na educação de base – mas que ainda apresenta problemáticas, fundantes e elimináveis neste sistema.

A ditadura militar, executada não só no Brasil, como em toda América Latina, tinha objetivo claro: a legitimação do sistema capitalista, através da modernização dos seus mecanismos de controle e acumulação. Como nos aponta Ferreira Jr e Bittar (2008, p. 335)

Os governos militares adotaram um movimento político de duplo sentido: ao mesmo tempo em que suprimiam as liberdades democráticas e instituíam instrumentos jurídicos de caráter autoritário e repressivo, levavam à prática os mecanismos de modernização do Estado nacional, no sentido de acelerar o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Em síntese: propugnavam a criação de uma sociedade urbano-industrial na periferia do sistema capitalista mundial, pautada pela racionalidade técnica.

No Brasil, o período ditatorial teve início em 1964, em contexto adverso, em que o país vivia sobre uma ordem progressista, com um direcionamento que indicava – ou, ao menos permitia – o pensar pelo caminho da esquerda. O desenvolvimento das forças revolucionárias na América Latina, acompanhado por sinais de esgotamento do modelo acumulativo do capital, apontou a radicalidade do processo ditatorial aplicado nos países em desenvolvimento. Era necessário uma política que pudesse adequar a sociedade civil, ideologicamente e culturalmente, para as transformações que seriam fecundadas para a retomada capitalista.

O modo de pensar e agir precisava ser redimensionado para a instalação da dominação burguesa, e um dos mecanismos para este feito foi as Reformas no campo da educação, que além de assegurar um futuro promissor para o desenvolvimento capitalista, ainda, garantiu a estabilidade do sistema ditatorial, contribuindo para a efetivação da ponta de toque do regime antidemocrático, que se estruturou no veto da liberdade de pensar e expressar politicamente e ideologicamente contra a ordem burguesa.

O ensino superior foi o principal alvo do governo ditatorial, uma vez que era no seio deste período educacional que estavam os elementos que o regime necessitava, na formação de mão-de-obra para desenvolver o país, com expressiva ênfase no tecnicismo¹, e na formação de seres pensantes alinhados aos objetivos de lucratividade do capitalismo.

Deste modo, mesmo o Brasil tendo rompido com o período ditatorial, com a instalação da democracia, o ensino superior ainda se estrutura sobre os traços da Reforma educacional instaurado no período autocrático burguês, à exemplo disto temos a divisão departamental dos cursos de ensino superior, que descentralizou o corpo pensante dos curso naquela época e que ocasiona os mesmo reflexos na forma organizativa dentro das nossas universidades públicas.

Ao passarmos os olhos de modo rápido, sem a pretensão de desvelar a essência dos fatos, poderíamos afirmar que Lei de número 5.540, de 28 de Novembro de 1968, que indicou de modo formal as principais mudanças no campo da educação superior, tratava-se de uma lei de cunho democrático, pois permitia, inclusive a formação da representação estudantil, o que é bastante contraditório tendo em vista os relatos reais das perseguições aos estudantes dentro das universidades em todo o país neste período. No entanto, trata-se, apenas, de uma impressão inicial e infundada. Não podemos negar que o consenso era necessário, o governo ditatorial não podia radicalizar suas ações,

¹ Para mais Ver: FERREIRA JR, A; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. In: Cad. Cedes. Campinas, Vol. 28, n. 76, p.333-355, set./dez. 2008.

colocando até seus devotos em sua oposição, pelo contrário, o regime ditatorial trabalho em suas execuções de modo camuflado, concretizando trabalhos no campo social, fazendo a velha política do “pão e circo”, no campo da aparência.

Entretanto, uma análise mais profunda, nos extratos da Lei que passava a regulamentar a educação superior podemos perceber que trata-se de uma articulação de dominação de todos os setores geracionais que colocavam a educação em funcionamento. Os administradores/as, na figura dos reitores/as eram escolhidos pelo próprio governo militar, com uma finalidade evidente: representar de modo harmonioso os interesses do capital, que estava representado pelo governo autocrático.

A formação profissional com o sentido de formar seres pensantes capazes de contribuir com o processo emancipatório da sociedade foi totalmente descartada. A proposta era visível, ampliar o ensino superior para formar profissionais aptos para executar as ordens do capital. Não é à toa que instituiu-se no primeiro capítulo da referida Lei o incentivo à ciência e à pesquisa.

No capítulo III que trata sobre o corpo docente a representação estudantil é mantida, mesmo de caráter conservador, sendo sua ação delimitada entre a organização com o demais setores que compõem o ensino superior. No entanto, anterior ao secionamento desta Lei, revogou-se a legislação que permitia a organização política das representatividades estudantis.

A Lei n.º 4464 de 9 de Novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou na ilegalidade as entidades estudantis, com União Nacional dos Estudantes (UNE), e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente dos estudantes. (LIRA, 2010, p. 63)

Todas as ações desenvolvidas pelo ensino superior brasileiro neste lapso foram determinadas pelo governo ditatorial, sem a participação popular, atendendo às diretrizes dos órgãos internacionais, colocando o plano desenvolvimentista em ação.

[...] o governo veio a adotar a maior parte da estratégia desejada pela USAID e assumir a responsabilidade pelas propostas. A Confederação Nacional de Educação (CNE), organizada em 1966, teve por objetivos apontar sugestões para uma formulação do Plano Nacional de Educação em vigor, afirmando a relação entre educação e desenvolvimento econômico. Estas orientações eram elaboradas a partir das determinações do “Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso”. (LIRA, 2010, 69)

As transformações educacionais, principalmente no ensino superior se deu durante todos o período ditatorial e tem influxos na nossa contemporaneidade, demonstrando a fragilidade do rompimento com o governo militar e do processo de reabertura democrática do país.

3. Rompimento e/ou continuidade? Uma análise sobre o conservadorismo na educação brasileira

O período ditatorial que assolou a América Latina, constituiu-se como divisor de águas na compreensão Histórica, Política e Social da sociedade latino americana. No Brasil não foi diferente, não há como explicamos as nuances advindas da contradição capitalista, sem contextualizarmos um dos períodos mais sangrentos vivenciados pelo povo brasileiro. Até hoje vivemos sobre os escombros, colhendo a herança deixada, pelo regime militar. Evidentemente, o sistema ditatorial, fruto da dinâmica capitalista, não se colocou no decurso da história como um movimento com início, meio e fim, ao contrário, sempre que necessário o capitalismo recupera os seus traços mais sórdidos, reatualiza e efetua de modo quase imperceptível.

Prova disso é o Projeto de Lei n.º 867/2015, intitulado “escola sem partido”, criado pelo Deputado Izalci (PSDB/DF), que vem ganhando visibilidade em todo país. A proposta é bem simples e clara: instituir a neutralidade política e ideológica dentro dos campos de ensino.

Trata-se de um projeto extremamente conservador, com fortes traços do período “autocrático burguês”, e de legitimação do projeto burguês. Delimita a ação política dos profissionais da educação, fortalece a ação, abertamente, do campo da direita, que “afirma” prezar por uma neutralidade, o que na verdade já apresenta para quem veio e a quem serve.

Pois bem, este é apenas um dos exemplos que poderíamos citar para demonstrar os traços do período ditatorial na educação brasileira que perduram até os dias de hoje, e que vem ganhando espaço em detrimento das discussões sobre a educação a partir dos Direitos Humanos, na direção emancipatória de superação da ordem vigente.

Assim, a pós a derrocada da ditadura militar no Brasil, e a ascensão do processo de reabertura democrática, o país vivenciou um contexto bastante adverso e contraditório, revelando a face crua da contradição capitalista.

A crise estrutural do capital em curso desde os anos de 1970, chega no Brasil, de modo contundente nos anos de 1990, em meio a recente Constituição de 1988 e ao processo de reabertura democrática.

Os ônus deste processo de crise, que se estende até a contemporaneidade, mediado pela reestruturação do modelo lucrativo do capital, materializado pelo projeto neoliberal e pelo pensamento pós-moderno, pode ser sentido em todas as esferas da nossa sociedade, e na educação vem tendo seus rebatimentos.

Assim, nos termos de (BERHING 2003) o que temos no Brasil a partir desse período “é um processo de contrarreforma do Estado que significou uma reestruturação do significado das funções públicas estatais”.

Nesses termos o Estado passa a adotar uma perspectiva de racionalização do gasto público, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para se tornar seu promotor e regulador, transferindo para a esfera privada as atividades que antes eram suas. Evidencia-se, a desregulamentação e redução dos direitos sociais e trabalhistas, o desmonte notadamente da Seguridade Social, a precarização do trabalho marcado pelo aumento da informalidade por consequência do desemprego estrutural, o sucateamento da saúde e da educação (BERHING, 2003).

Nesse contexto, a educação é utilizada para atender as demandas do mercado, e a mesma deixa de ser direito e passa a se tornar “serviço”. Para isso, a base ideológica que sustenta e justifica tal processo é a “ideologia da globalização”, que é disseminada pelos organismos internacionais e é pautada na necessidade de os países periféricos integrarem-se à “aldeia global”.(Dahmer,2008).

Isso resulta em uma reconfiguração do papel do estado na tentativa de adequar a mão-de-obra as exigências do capital em criar melhores condições para gerar maior rentabilidade e viabilizar condições para superar a crise capitalista.(Pinto,2007). Nessa conjuntura, a educação fica a mercê das orientações dos organismos internacionais que defende a ideia de privilegiar um maior acesso ao ensino superior através de programas como o Reuni, Prouni e Fies e da expansão do Ead, que fragmenta, desqualifica e aligeira a formação.

O que passa a ocorrer então, por parte dos governos, é a defesa de que a educação enquanto mercadoria deve ser “universalizada” via mercado, mas esse pensamento colide diretamente com a concepção de educação pública e de qualidade (SILVA, 2010). Nesse sentido, percebe-se os contornos das políticas sociais públicas ligadas aos interesses do grande capital como também, verifica-se a diversificação das fontes de financiamento da educação e uma formação que cada vez mais atenda ao tecnicismo formal do trabalho.

No entanto, tais ideias e recomendações aparecem travestidas no discurso da “democratização” do ensino, e na concepção ideológica do conceito de inclusão que se

realiza desconectado das relações de classe e serve apenas ao reforço da reprodução das relações sociais típicas do capitalismo.

Concordamos com Silva (2010, p.144) “ao referendar que a educação no atual estágio do capitalismo: transforma-se em uma poderosa estratégia do capital para reforçar sua dominação e contribuir com a construção de uma aceitação coletiva sobre o culto ao mercado, bem como aprofundar uma integração periférica e dependente da lógica do capital monopolista”.

O resultado desse processo é o aprofundamento do pensamento pós-moderno na universidade que segundo, (FRIGOTTO, 1999, apud, SILVA 2010, p.416) se configura em uma crise da razão que compreende a realidade de forma fragmentada e esvaziada de sua dimensão classista.

Tendo como consequências “uma universidade rebaixada intelectualmente e culturalmente que atende de maneira muito eficiente aos interesses de expansão do mercado, mas não consegue contribuir de forma significativa com a emancipação humana por meio da educação e da produção de conhecimento”. Silva (2010.p.416)

Cabe-nos ainda destacar que o processo de privatização do ensino superior como mencionado ainda na década de 90, é aprofundado pelo governo de Lula da Silva, sobretudo no desmonte do modelo de universidade pública pautado no tripé ensino, pesquisa, extensão vistos de formas indissociáveis.

Ademais, há um aprofundamento das parcerias público-privadas por meio de recursos fiscais injetados na esfera privada, representando conforme Silva, (2010) a privatização do ensino público, colocando no mesmo patamar as universidades públicas e as instituições privadas, fortalecendo a ideia de uma esfera pública não estatal contribuindo desta forma, para o aprofundamento do ideário neoliberal no Brasil.

É relevante destacar no contexto das “reformas” universitárias com relação as universidades públicas, um projeto apresentado pelo governo, intitulado REUNI .

De acordo com, (ANDES-SN, 2007, p. 21 apud, SILVA, 2010, p. 417) “o programa tem o objetivo de criar condições para a ampliação e permanência na educação superior, no nível de graduação, utilizando-se do ‘melhor’ aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes nestas instituições”.

Embora nos termos legais se apresente como uma proposta “inovadora”, na realidade o que vem ocorrendo é a inviolabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão. Pois, essa proposta de expansão do ensino público vem ocorrendo em condições de infraestrutura precárias, condições de trabalho inadequadas, quadros de docentes e técnico-administrativos insuficientes, ausência de políticas de assistência estudantis e

planas de qualificação docente como sinaliza Silva (2010) ocasionando desta forma um aligeiramento da formação como também, acentua-se a precarização do trabalho docente.

Isso resulta em uma reconfiguração do papel do estado na tentativa de adequar a mão-de-obra as exigências do capital em criar melhores condições para gerar maior rentabilidade e viabilizar condições para superar a crise capitalista.(PINTO,2007). Nessa conjuntura, a educação fica a mercê das orientações dos organismos internacionais que defende a ideia de privilegiar um maior acesso ao ensino superior através de programas como o Reuni, Prouni e Fies e da expansão do Ead, que fragmenta, desqualifica e aligeira a formação.

O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6069/07, cujo artigo primeiro expõe seu objetivo principal, que é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais”.

O decreto que criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – no primeiro ano de mandato do governo Lula da Silva, em 2003 – permitiu as primeiras ações sobre a educação superior. Esses grupos pautavam desde debates até o apontamento de diretrizes as quais nortearia a reforma universitária, fornecendo bases para a formulação de documentos que explicitava a situação da educação superior acerca da crise nas universidades federais, que abrange questões relacionadas desde o arrocho orçamentário até a defasagem na reposição do quadro docente, logo, o documento apontava para o enfrentamento da crise emergencial dessas universidades.

Ao analisar os resultados obtidos, os membros do GTI concluíram que a crise verificada na política de acesso à educação superior foi, na verdade, desdobramento de uma crise mais profunda, associada à desarticulação do setor público, na qual as consequências da crise fiscal do Estado resultara em substanciais danos às universidades governamentais, sobretudo em relação aos recursos humanos, de manutenção e de investimentos (BRASIL, 2003).

O REUNI tem como um de seus objetivos dobrar o número de estudantes de graduação, nas universidades federais, o “Ministério da Educação, [...] estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década”, elevando gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação para 90% (BRASIL, 2007, p.4)

Outro itens que devem ser ressaltados tratam-se da flexibilização dos currículos, a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem. Essas metas visam formar profissionais aptos a enfrentar os desafios do mundo do trabalho, através de uma formação sólida e crítica de forma a contribuir para o desvendamento da realidade social, realidade esta que é permeada por inúmeras contradições.

O REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, tendo em vista a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, como também as diversidades que cercam as instituições. No entanto, conforme afirma Santos (2009), apesar de o REUNI não ter a característica totalmente centralizada no processo de efetivação, já que abre precedentes aos implementadores de participar na forma como ele será implementado, em sua instituição, pode-se notar grande peso do poder governamental na globalidade dos processos decisórios.

A fim de que as metas do REUNI sejam efetivadas, é necessário que as instituições que irão aderir ao programa elaborem um Plano de Reestruturação de modo a considerar as especificidades de cada universidade federal.

Porém, Mesmo que as universidades, através de seus órgãos deliberativos, formulem um Plano de Reestruturação condizente às determinações do REUNI, “elas ainda terão que esperar o aval da Secretaria de Educação Superior (SESu), para que se inicie o repasse de verbas que possibilitará início das atividades programadas” (SANTOS, 2009, p38).

De acordo com Subirats (2006 apud SANTOS, 2009, p.38), não basta apenas elaborar um bom desenho no plano de ações, ou mesmo dispor dos recursos necessários para levar a cabo a condução de uma determinada política pública ou projeto. É fundamental garantir a predisposição dos implementadores, para que se chegue o mais próximo possível das metas projetadas.

É importante destacar que têm ocorrido reivindicações por parte da população acadêmica, principalmente por parte do corpo discente, no que se refere a “democracia” deste programa, pois alegam que a burocracia interna dos fóruns deliberativos das universidades cria um alto grau de corporativismo, impossibilitando uma efetiva participação da comunidade.

E é preciso questionarmos até que ponto essa educação superior estar possibilitando o combate as desigualdades, já que uma ampliação de vagas de maneira pontual, com a ausência das devidas mediações que perpassam as relações sociais, podem acarretar um mero acesso ao ensino superior, resultando em níveis duvidosos de

qualidade. Portanto, o reconhecimento do acesso à educação superior enquanto direito social deve ser debatido acerca de sua importância, não podendo ser analisado de modo isolado, deslocado do contexto da sociedade.

3. Conclusões

Nossas considerações perpassam as discussões sobre a educação superior no marco do conservadorismo e seus ranços contemporâneos na educação. Dessa forma, pode-se concluir que em um contexto marcado pela redefinição do Estado, na qual a responsabilidade pela educação superior é transferida para o mercado, o tripé ensino-pesquisa-extensão é resumido apenas ao ensino. A educação pública fica a mercê dos ditames dos organismos internacionais cuja proposta é expandir a educação via mercado financeiro/ ensino privado e sucatear as universidades públicas.

Pode-se apontar que os programas de incentivo ao ensino, como por exemplo, o REUNI E PROUNI tem sido defendido desde os governos petistas até a atualidade transvestido de um discurso de melhorias das Universidades, porém, congela a verba por 5 anos; não garante o recebimento desta verba; estimula a superlotação de salas e sobrecarga de professores através do cumprimento de suas metas; privilegia a quantidade de formandos ao invés de qualidade de ensino e tem uma proposta em consonâncias com a bases conservadoras que sustentaram a política de educação no período ditatorial.

Diante dessa conjuntura, observa-se que a arrecadação que será perdida por conta da isenção acordada com o governo e as IES privadas poderia ser investida no ensino público, que nos últimos anos, vem enfrentando uma “crise de sustentabilidade” pelo pouco financiamento, o que resulta na insuficiência de recursos para investir na manutenção das instituições, nos profissionais como um todo e na própria assistência ao estudante carente, porque não basta inseri-lo no ensino superior, é necessário proporcionar condições objetivas para sua permanência e conclusão dos estudos.

Diante disso, apontamos que essas propostas de expansão de ensino trata-se de uma ação do governo que recupera o conservadorismo encabeçado pelo Estado durante a autocracia burguesa, na qual tem como alicerce uma educação funcionalista, que não permite o avanço da criticidade. Como diria o Gramsci, uma “decadência ideológica” que adentra nos espaços de construção da consciência aprofundando o processo de alienação, cujo objetivo é manter o “consenso” sobre as medidas propostas pelo sistema capitalista- representado pelo FMI, OMC e UNESCO.

4. Referências

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, 2011, n. 106, abr./jun., p. 241-266.

FERREIRA JR, A; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Milita. In: Cad. Cedes. Campinas, Vol. 28, n. 76, p.333-355, set./dez. 2008.

LIMA, K, R, S. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século** . In: Katá, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

MARQUES, Eugenia P. de Siqueira. **Programa Universidade para Todos – PROUNI: Democratização da educação superior**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/PROGRAMA%20UNIVERSIDADE%20PARA%20TODOS%20%96PROUNI%20DEMOCRATIZA%C7%30%20DA.pdf. Acesso em:07/07/2014 as 14:30 hrs.

PEREIRA, L. Dahmer. **Educação Superior e Serviço Social**: o aprofundamento mercantil da formação profissional a partir de 2003.**Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo:Cortez,2008, n.96.

PINTO, M. B. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 3, n. 6, p. 1-19, abril, 2007. Disponível em: <www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2013

Portal Brasil – Prouni. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>> Acesso em:07/07/2014 as 14:17 hrs.Portal do MEC- Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em 07/07/2014.

SILVA, R, S. **A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

SIMIONATTO, I. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas**. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=106> .

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 116-166.